

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Revista(ando) o passado através de uma política esclarecedora: o discurso da Reforma Universitária Brasileira através do "MEC em revista" e da "Veja"

Bianca Silva Costa¹

Considerações Iniciais

Este artigo pretende analisar a Reforma Universitária (RU) ocorrida em 28 de novembro de 1968 e sua repercussão no “MEC em revista” e na “Veja”. Serão levadas em consideração algumas informações do contexto histórico e educacional da época, assim como as contribuições dos meios de comunicação mencionados, na divulgação do novo sistema de ensino superior implantado no país.

A escolha sobre as fontes a serem utilizadas ocorreu devido a vários motivos. A revista do MEC caracteriza-se por ser uma fonte documental de caráter oficial, pois através dela encontrar-se-á um discurso que transparece diretamente a posição dos governantes da época. Neste sentido, será um texto mais específico e com menor circulação editorial, no qual o artigo que será analisado fora escrito pelo próprio Ministro da Educação Tarso Dutra. Na revista “Veja” a situação é bem diferente, pois se trata de um meio de comunicação com fins comerciais, circulação nacional e publicações semanais, atingindo assim uma quantidade superior de leitores.

Para concretizar os objetivos, pretende-se analisar somente uma reportagem de cada revista, a fim de obter uma amostragem acerca da riqueza de informações que podem ser extraídas das fontes selecionadas. Neste sentido, optou-se por trabalhar através do procedimento metodológico da Análise de Conteúdo, no qual, “designa conjunto de técnicas cuja aplicação, através de procedimentos sistemáticos, visa produzir inferências. São técnicas para ler e interpretar o conteúdo de qualquer espécie de documento escrito” (BARDIN, 1977:44).

A partir disso, então, num primeiro momento, pretende-se situar o contexto mais amplo da ditadura civil-militar e, a seguir, analisar as questões relativas à RU e a maneira como esta fora difundida pelas já citadas revistas do “MEC” e “Veja”.

Quanto ao golpe civil-militar brasileiro, iniciado a partir de 1964, pode-se dizer que este caracterizou-se por ser um período essencialmente centralizador e repressivo, pois o regime procurou construir sua legitimação através de coação e da violência (PETERSEN, 2004:66),

¹ Licenciada e bacharel em História pela PUCRS, e atualmente é mestranda do curso de História da PUCRS como bolsista da CAPES.

no qual apresentava uma política de estruturas técnica e organização burocrática. Os militares obtiveram o controle do país, liquidando com o processo democrático do mesmo, através dos Atos Institucionais, da criação de uma nova Constituição, da Doutrina de Segurança Nacional², do Sistema Brasileiro de Informação, etc. Maria Helena Moreira Alves observa que a criação do SNI foi uma das primeiras medidas tomadas pelos golpistas, o que lançou as bases da repressão que estava se desenvolvendo. E mais, afirma que “Quaisquer que tenham sido as intenções iniciais, a dinâmica do sistema e a busca de segurança absoluta efetivamente transformaram o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos” (ALVEZ, 1985:72). Através desses elementos, conclui-se a dificuldade existente de afastar o “inimigo interno” - pessoas vistas como subversivas ou contrárias às idéias e as práticas governamentais - ocasionando a suspeita de todos por parte do Estado.

Apesar de todas as desconfianças e ações do regime, convém observar que a organização de parte da sociedade civil, contrária ao sistema vigente, não deixou que a repressiva violência acabasse com a resistência mesmo na clandestinidade. Apesar dos esforços do regime, o ano de 68 foi marcado por uma série de contestações tanto de cunho internacional (através da rebelião estudantil de maio de 1968, dos protestos contra a guerra do Vietnã, etc) e de ordem nacional, como as manifestações da UNE, as greves dos operários em SP e MG, a passeata dos Cem Mil, dentre outros acontecimentos. Em dezembro deste mesmo ano será implantado o AI-5, ocasionando no fechamento do Congresso por tempo indeterminado e no aumento ainda maior da censura e da repressão. Em meio a esse turbulento contexto, a educação será remodelada de acordo com as “necessidades” dos governos militares, como veremos a seguir.

Educação superior brasileira e os reflexos ditatoriais

Entender a trajetória da educação e as modificações políticas, econômicas e sociais do Brasil representa grande importância para a compreensão do sistema educacional do presente. Assim, aprofundar os conhecimentos acerca do contexto dos golpistas é fundamental para perceber as bases educativas atuais. No contexto ditatorial, os militares trataram de planejar uma nova estrutura para o sistema escolar existente até então. A partir deste momento, serão elaboradas as reformas de ensino, daquilo que se chamava 1º e 2º graus, promovida pela Lei nº 5.692/71 e do ensino superior, através da Lei nº 5.540/68. Referente à 1ª lei abordada, observa-se que esta “veio justamente implementar a profissionalização para o ensino

² Sobre o processo de formação da Doutrina de Segurança Nacional, ver (OLIVEIRA, 1978:27).

secundário” (GIRANDELLI, 2003:137). Piletti segue nesta lógica quando aborda que o objetivo geral deste nível do ensino é “proporcionar ao educando a formação necessário ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania” (PILETTI, 2000:121). Porém, convém analisarmos que esta reforma foi feita em período posterior às modificações sofridas pelas universidades.

Sobre a Reforma Universitária de 1968, lembra-se que esta ocorre em um contexto educacional em que o ensino superior passa a ter um papel de destaque no desenvolvimento econômico e na modernização do país, pois ele é um foco de transmissão e produção de conhecimento. Assim, o governo militar usa a Universidade como resposta às necessidades brasileiras. Neste sentido, “além da função de inculcação ideológica, o novo modelo não dispensava a Educação como alavanca que deveria ser utilizada para criar as condições mínimas necessárias ao processo de desenvolvimento”(BOAVENTURA, 1989: 208). A Universidade deveria estar a serviço dos interesses empresariais, no qual, segundo os governantes, necessitava de mão-de-obra qualificada. Contudo, para aprofundarmos esta análise da Reforma Universitária, importante se faz observar brevemente algumas influências que esta teve, a partir do acordo Mec-Usaid, dos relatórios de Rudolph Atcon e do general Meira Mattos.

O Mec-Usaid consistiu em vários acordos realizados de 1964 a 1968, entre o Ministério da Educação brasileira e a Agência Interamericana de Desenvolvimento dos EUA. Segundo Piletti, ele possuía três “pilares” que relacionam a educação com o desenvolvimento, a segurança e a comunidade (PILETTI, 2000:128-130), além de visar reunir uma equipe técnica de trabalho para fazer o diagnóstico das Universidades no Brasil. Para Atcon, membro da AID, a formação do espírito cívico e da consciência social deveriam ser pautados nos ideais de desenvolvimento pacífico de respeito aos direitos humanos e justiça social (GIRANDELLI, 2003:131). Para ele, a Universidade deveria ser administrada como uma empresa privada, pois as dificuldades do ensino superior encontravam-se na questão técnica. Seguindo esta mesma lógica, o regime ditatorial nomeou o general Meira Mattos para coordenar uma comissão responsável pela constatação das insatisfações do ensino superior e da elaboração de um relatório, a partir do chamado Grupo de Trabalho (GT). Neste sentido, percebe-se que “o relatório que ela [Comissão Meira Mattos] apresentou nada mais fez do que reforçar as propostas surgidas com os Acordos Mec-Usaid”, (ROMANELLI, 1998:197) fator este importante na percepção da influência norte-americana no país.

Dentre as “ditas” falhas existentes nas Universidades brasileiras, o GT apontou, sistematicamente, para as seguintes: a desordenada expansão; os métodos de ensino ultrapassados; a justaposição de Faculdades; a não modernização das instituições superiores perante as novas necessidades do período; a inequabilidade do vestibular; o desnecessário sistema de cátedra; e, por fim, a defasagem da administração das instituições superiores. Tendo como enfoque uma visão desenvolvimentista e tecnicista, o GT aponta diversas modificações, a fim de transformar a Universidade em empresa. Dentre elas, podemos destacar: o fim dos chamados “excedentes”³ através do vestibular classificatório; introdução do sistema de créditos e matrícula por disciplina; criação de cursos básicos e diversificação de carreiras com a criação de cursos de curta duração; fim da cátedra vitalícia; introdução efetiva da departamentalização⁴; tratamento mais adequado ao pessoal docente com a criação da dedicação exclusiva, carreira e outros estímulos; revisão de representação estudantil e sua participação na Universidade; nova política de pós-graduação; aglutinação das faculdades em Universidades; política de financiamento das instituições superiores mais estável, de modo a evitar as maléficas instabilidades e oscilações e indissociabilidade do ensino e da pesquisa. (BOAVENTURA, 1989:240)

Como se verificou, os militares pretendiam modernizar as instituições superiores, fazendo com que as mesmas contribuíssem para a efetivação dos interesses predominantes do governo. Segundo demonstra Ernani Lampert a RU pretendeu:

Formar mão-de-obra barata e especializada para atender aos interesses empresariais nacionais e internacionais; institucionalizar a dependência da universidade aos interesses das grandes empresas; produzir mão-de-obra para manter a estrutura tecnocrático-militar do neocapitalismo do Brasil; produzir legislação repressiva para conter estudantes e população, legitimando o modelo político e econômico implantado pelos militares em 1964. (LAMPERT, 1995:164)

Pode-se dizer que a RU foi uma peça estratégica do Estado, pois ela fez parte de um planejamento econômico, político e social. A criação de novos cursos e o aumento de vagas nas Universidades davam a falsa idéia de todas as camadas sociais serem beneficiadas com o novo plano educacional. Essa “ilusão” fez com que parte dos grupos menos privilegiados da

³ Até vigorar a RU, as vagas eram limitadas nas instituições de ensino superior. Para entrar na Universidade era necessário prestar o vestibular, acertando um certo nº de questões, alcançando uma determinada pontuação “mínima”. Todos os que acertassem a quantia estipulada, teoricamente entrariam na Faculdade desejada. Porém, o nº de alunos que passavam nas provas foi aumentando, mas o nº de vagas continuava as mesmas. (COSTA, 2006:49)

⁴ A departamentalização não é bem quista neste estudo, na medida que através dela os militares pretendiam dividir as pessoas que freqüentavam a Universidade. Com a criação dos departamentos e das unidades acadêmicas, o nº de pessoas que conviviam era menor, dificultando a efetivação de debates políticos.

sociedade fosse submissos e passivos às modificações ocorridas. As vagas aumentaram, mas não nas instituições federais e sim nas particulares, as quais tiveram um crescimento significativo e se “modernizaram” para as novas necessidades do mercado de trabalho.

Enfim, no dia 28/11/1968 ocorreu a Lei nº 5.540 e, logo depois (13/12/1968), decretava-se, o AI-5. Tanto no âmbito político, quanto no educacional houve mudanças bruscas, a fim de consolidar a ordem socioeconômica do país. Essas medidas foram tomadas mais uma vez em nome da democracia. Ao invés disso, encontra-se uma democracia excludente, pois a sociedade civil não participava das decisões políticas do país, no qual sequer podiam manifestar suas opiniões livremente. Enfim, através da RU os militares apoiaram-se em um discurso de neutralidade, modernização e facilidade que fora revelado pelos meios de comunicação.

Reforma Universitária nos Meios de Comunicação

Através da Reforma de ensino superior, os militares apoiaram-se em um discurso democrático, divulgado por grande parte dos meios de comunicação do país. No contexto escolhido, percebe-se a relação existente entre o campo político educacional e o campo jornalístico, pois as representações da imprensa são fundamentais, uma vez que, constroem uma imagem da RU. Ao escolher trabalhar com a imprensa, é interessante destacar que esta representa um espaço de difusão político e educacional. Neste sentido, ela apresenta-se como rica em elementos e dados para os historiadores, pois permite “[...] um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc”. (ZICMAN,1985:90)

Os militares, através da política ditatorial, faziam sutis promessas encontradas nas propagandas do regime, através da idéia de que as mudanças viriam, se todos estivessem direcionados “em torno de certos ideais, ou dos ideais certos”, ou seja, a visão dos governantes (FICO, 1997:123). O autor Carlos Fico reconhece que a publicidade e a propaganda feitas no período militar brasileiro utilizam como elemento persuasivo o otimismo, e encontram receptividade porque ele faria parte do imaginário social brasileiro. Como exemplo, pode-se citar que esta idéia fora comprovada na revista Manchete, na qual a idéia de projeção do país encontrava-se presente através da mensagem de modernização das Universidades, contribuindo para a efetivação dos planos políticos, econômicos e educacionais dos governantes ditatoriais (COSTA, 2006:76). Agora, caberá analisar se as fontes aqui selecionadas seguirão este mesmo padrão já evidenciado.

Na revista do “MEC” nº 44, publicada trimestralmente, de dezembro de 1968 a março de 1969, encontra-se uma matéria intitulada “Novas Perspectivas para o Ensino Superior”. Através dela, depara-se com um discurso condensado que o Ministro Tarso Dutra proferiu ao receber o título de Dr. Honoris Causa na Universidade do Ceará, em 02/03/1969. Partindo da análise do título, percebe-se a idéia de projeção da reforma que estava sendo anunciada. Neste sentido, Carlos Fico contribuirá afirmando que para se projetar um bom futuro para o país, fazia-se necessário retomar os aspectos “defasados” das políticas anteriores. Segundo ele, “o anúncio dessa “nova era”, portanto, na medida em que superava o caos, sempre tinha que ser feito através de uma “pedagogia esclarecedora” sobre os “velhos tempos” e suas mazelas, [...]”. (FICO, 1997:122) Na revista, o ministro inicia o seu discurso evidenciando os equívocos cometidos no passado contra o progresso do país, através da improvisação dos antigos administradores das instituições. Segundo ele, esses equívocos “jamais nos levariam a qualquer porto construtivo”. (MEC, 1969:06)

Para divulgar a nova política educacional do momento, importante se faz retomar a obra de Fico, este dirá que “[...] projetar no futuro um tempo de êxitos é, de alguma forma, garantir a aceitação do público”. (FICO, 1997:77) Na revista, Dutra ressaltará o papel de destaque da educação para colaborar com o “espírito da revolução” de integrar a nova ordem através do progresso e da luta em favor das modificações das políticas educacionais, que “lancem o país no rumo do seu verdadeiro destino”. (MEC, 1969:06) Através dessa lógica, o governo estava equiparando o ensino superior brasileiro aos melhores do mundo, reflexo, evidentemente, da Reforma Universitária. E mais, através dessa reforma, a revista afirma que em apenas dois anos de governo de Costa e Silva, “consequimos matricular a quase totalidade dos chamados “excedentes dos vestibulares””. (MEC, 1969:07) Para assegurar esta idéia, foram demonstrados dados quantitativos, explanando que no ano de 1967 matricularam-se nas universidades 173 mil estudantes, enquanto que no ano de 1969, o número já havia aumentado para 360 mil. Isso só tornou-se possível, porque “o Governo da república não negou, em todas as oportunidades possíveis, favorecer a educação com novos recursos”.(MEC, 1969:07)

Para observar a revista “Veja”, importante expor alguns elementos de seu histórico: revista semanal lançada em SP em setembro de 1968 pela Editora Abril, tinha Vítor Civita como diretor e editor da Abril, além de Roberto Civita como diretor de publicações, e Mino Carta como diretor de redação da revista. (DICIONÁRIO FGV, 2001: 6001) Considerando o contexto de lançamento da “Veja”, convém lembrar que o país vivenciava um período de extinção da democracia, no qual as agitações dos movimentos internacionais repercutiam

aqui. Através disso, muitas pessoas se reuniram para se opor à ditadura, sendo que parte da imprensa ampliará a cobertura crítica dos acontecimentos, ainda que de maneira limitada, considerando o período do AI-5 e da criação do SNI.

Partindo para a análise da edição publicada no dia 08/10/68, encontra-se a seguinte matéria não assinada: “Como fazer a Reforma na Universidade?” Logo no início fora retomada a questão universitária no país, sinalizando os problemas da mesma e alertando para a idéia de que os governantes queriam reforçar o sistema de produção através de universidades que formassem técnicos. Porém, na seqüência, evidencia-se que os estudantes das instituições concordavam em parte com esta visão, pois “para eles, a universidade não deveria servir apenas de oficina de preparação de mão-de-obra para as indústrias. Seu papel mais importante seria o de preparar cientistas; ser um centro de pesquisas científicas e de discussão dos grandes problemas nacionais”.(VEJA, 1969:38) Segundo a matéria, para estes estudantes a universidade deveria ser crítica.

Posteriormente, fez-se uma reflexão acerca da contribuição do professor Atcon, para a elaboração da RU, fator este que desencadeou o descontentamento de estudantes, provocando greves, passeatas e a repressão da polícia. Segundo a matéria, a maioria dos princípios desta reforma ficou apenas no papel, pois diferentemente do que aponta o artigo analisado anteriormente, este aborda que “desde 1965, a porcentagem de verbas destinadas ao ensino pelo governo Federal vêm diminuindo e sofrendo cortes depois de aprovados”. (VEJA, 1969:38) Além disso, há outra diferença com os dados demonstrados na outra revista, na medida que na “Veja” é assinalado o contínuo problema da falta de vagas nas universidades, projetando para o ano de 1970 mais de 280.000 candidatos no vestibular, sendo que apenas 100.000 terão vagas. Outra reclamação refere-se à burocracia que estava atrasando a aplicação da reforma, como acontecia, por exemplo, através da contratação de professores, pois as universidades deveriam ter autorização do presidente do país, para depois passar pelos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Enfim, a revista questiona acerca dos novos rumos tomados pela educação no país. Explana sobre um manifesto enviado ao presidente Costa e Silva, assinado por 2000 cientistas, no qual recomendava que 30% do orçamento federal fosse destinado em programas de ensino e pesquisa, pois sem eles, seria muito complicado o país ultrapassar a barreira do atraso tecnológico. Contrária ao discurso de desenvolvimento e modernização como características do novo planejamento educacional, a matéria é finalizada denunciando, de certa forma, como repressivas as conseqüências do ensino superior. Assim, concluiu-se que segundo os cientistas:

[...] é preciso devolver à universidade a plena autonomia várias vezes arranhada por decretos como o que proibiu de contratar professores; aposentou sem explicação outros 95; e o que prevê penas de expulsão nas escolas, já aplicadas há sessenta alunos e professores. (VEJA, 1969:38)

Neste trecho, observa-se a censura vivenciada pelos professores através da não contratação nas instituições, das aposentadorias e das expulsões, assim como alguns estudantes que foram obrigados a se afastar dos estabelecimentos aos quais pertenciam. Estas pessoas, ao não compactuarem com os ideais do regime do período, passaram a representar um perigo para o mesmo, sendo considerados os chamados “inimigos internos” do Estado, idéia já mencionada anteriormente. Assim, percebe-se que a revista “Veja”, através da publicação do artigo selecionado, dá “voz” às pessoas que criticavam o processo de aplicabilidade e aceitação da Reforma Universitária brasileira.

Considerações Finais

Considerando as informações referenciadas anteriormente, acerca da proximidade existente entre a História do período ditatorial brasileiro, seu planejamento educacional através especialmente das Universidades e sua relação com a imprensa do país, chegou-se a algumas conclusões parciais:

Na revista do “MEC”, por se tratar de uma fonte oficial, evidencia-se um discurso que transparece diretamente a posição dos governantes da época, pois a matéria analisada fora produzida pelo próprio ministro da educação Tarso Dutra. A Reforma Universitária é exaltada, sendo demonstrada a todo instante a idéia de projeção, pois o ensino superior do país fora comparado aos melhores do mundo. Neste sentido, encontra-se a construção de um discurso que diz priorizar a educação brasileira através da disponibilidade de mais recursos para a modernização da mesma.

A “Veja” pode ser enquadrada dentre os meios de comunicação que em parte não compactuaram com o regime ditatorial. Convém ter cuidado acerca do reflexo do ensino superior nesta revista, pois se ressalta que de certa forma ela reforça o plano educacional do governo na medida em que dá visibilidade à Reforma Universitária, divulgando este projeto para mais pessoas, através de sua circulação nacional. Por meio da “Veja”, muitos brasileiros poderiam se informar acerca dos acontecimentos do ensino superior do período, mesmo não estando presente no meio universitário, ou seja, mesmo não vivenciando os acontecimentos diretamente. Outra questão importante refere-se ao fato do artigo selecionado não estar assinado. Neste caso, pode-se considerar que o responsável pela matéria não é

somente o autor “desconhecido”, mas sim, a própria revista, na medida em que os seus responsáveis autorizam todo material publicado. Assim, inicialmente evidencia-se na “Veja” a exposição das propostas da RU para depois questioná-las. Porém, aqui se encontra outro fator interessante desta pesquisa, pois as críticas feitas à RU, têm como base as opiniões de estudantes de instituições de ensino, cartas enviadas ao presidente Costa e Silva e opiniões de cientistas. Apesar disso, interessa-nos questionar: quem são esses estudantes? A que instituições eles “pertencem”? Quem escreveu essas cartas ao Presidente? Quem são esses 2000 cientistas citados? Na “Veja” não há resposta para nenhum desses questionamentos. Assim, ela não expressa a sua opinião concretamente, apenas se baseia no julgamento de algumas pessoas. Porém, não se objetiva desqualificar a mesma, pois ela conseguiu, dentro das suas possibilidades, em um contexto de repressão e de censura, questionar uma Lei que estava sendo implantada pelo governo, demonstrando a não identificação de várias pessoas com a mesma. Enfim, acredita-se que os questionamentos anteriores talvez possam ser respondidos por meio do desenvolvimento da pesquisa. Assim, evidencia-se a importância de aprofundar ainda mais sobre os reflexos da Reforma Universitária e a sua repercussão na imprensa.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

Anuário Brasileiro de Mídia (1990-1991); ASSUNÇÃO, M, Romance; GAZZOTTI, J. Imprensa; KUCINSKY, B. Jornalistas; LATTMAN-WELTMAN, f. Imprensa; PREREZ, R. Veja; SOUSA, U. História; Veja (1968-1996). **Veja**. In Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930. 2. ed.rev. RJ. FGV, v. 5. 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOAVENTURA, Elias. **Universidade e estado no Brasil**. Piracicaba: Unimep, 1989.

COSTA, Bianca Silva. **Ditadura Militar, Reforma Universitária e abordagem da revista Manchete**. Porto Alegre: Monografia de Bacharelado PUCRS, 2006.

GIRANDELLI, Paulo Jr. **Filosofia e Educação Brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1976.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e Imaginário Social no Brasil**. RJ: Ed. FGV, 1997.

LAMPERT, Ernani. **A Reforma Universitária: o caos no ensino superior**. In. Revista Momento. Rio Grande, V.8, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 7.ed. SP/RJ: Hucitec/Abrasco, 2000.

PETERSEN, Áurea Tomatis. O Golpe de 1964 e a legitimidade do regime. In. BIZ, Osvaldo (org.). **Sessenta e quatro para não esquecer**. Porto Alegre: Liberalis, 2004,

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 7 ed. SP: Ática, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ZICMAN, René Barata. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas**. In: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUCSP: SP: PUCSP, nº 4, 1985.